ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO CAPARAÓ CAPIXABA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

A empresa **RODOARA IMPLEMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.543.322/0001-33, com sede à Rua Alameda Antônio Alves da Silva, nº 2880, Mato Alto, Araranguá/SC, CEP: 88904-020, por intermédio de seu sócio administrador Sr. **EMIR DA SILVA BUSSOLO**, portador da Carteira de Identidade nº 2.366.019 e do CPF nº 633.008.509-91, na forma do contrato social, vem, respeitosamente, perante vossa senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa **MIGRA EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO LTDA**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor, para ao final requerer:

I. DA SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrente interpôs recurso administrativo contra a decisão que resultou em sua inabilitação no certame. Sustenta que foi inabilitada sob a alegação de “suposta” ausência de documento formal exigido pelo edital, sem que lhe fosse oportunizada a complementação da documentação por meio de diligência, conforme previsto na legislação aplicável.

Alega ainda que os demais licitantes também apresentaram documentação inicialmente incompleta, mas, diferentemente do que ocorreu com ela, foram convidados a suprir as falhas por meio de diligências administrativas.

Afirma, portanto, que foi tratada de forma desigual, o que evidencia a falta de uniformidade na condução do procedimento licitatório, comprometendo princípios

fundamentais como a legalidade, a isonomia e a vinculação ao edital, além de afetar negativamente a competitividade do certame.

Diante disso, requer a anulação da decisão que determinou sua inabilitação, a concessão de prazo razoável para a complementação da documentação e, ao final, sua habilitação no processo licitatório.

É o breve relato.

II. DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA RECORRENTE:

Da leitura das razões recursais e do resultado da fase de habilitação, vê-se a empresa recorrente se insurge contra decisão da Comissão Permanente de Licitação que aplicou o estabelecido dos itens 8.11; 8.17.3; 8.18.5 do instrumento convocatório,

8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

(...)

8.17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.17.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, já, exigível e apresentado na forma da lei para aferição da boa situação financeira da empresa, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo atualizá-los por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. (...)

(...)

8.18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.18.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características técnicas similares ao fornecimento do objeto licitado;

(...)

8.18.5. **Não serão aceitos atestados emitidos** por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou **pela própria Concorrente** e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

A Recorrente, por sua vez, deixou de apresentar os documentos exigidos nos itens 8.17 e 8.18 do edital e, de forma absolutamente inadequada, juntou um suposto atestado de capacidade técnica emitido pela própria empresa, o que não apenas compromete sua validade, como também evidencia o total desconhecimento da Recorrente sobre o que de fato caracteriza um atestado de capacidade técnica, o qual deve ser emitido por terceiros

idôneos que tenham se beneficiado dos serviços prestados, conforme exigem as normas aplicáveis e os princípios que regem as licitações públicas.

Diferentemente do que alega a Recorrente, as licitantes que tiveram sua habilitação complementada por diligência não se encontravam em situação idêntica ou sequer semelhante. As empresas mencionadas em seu recurso apresentaram documentos exigidos pelo edital que eram passíveis de saneamento por meio de diligência, conforme prevê a legislação.

Obviamente a Recorrente parece confundir a ausência de documento passível de diligência com a ausência de documentos essenciais e obrigatórios — situações que são juridicamente distintas e não podem ser tratadas da mesma forma.

Vale frisar, que a **ausência** dos balanços patrimoniais e do atestado de capacidade técnica, não são passíveis de diligência, pois se trata absoluta inclusão de documentos que deveria ter sido anexado no momento oportuno.

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Não houve qualquer ilegalidade em sua inabilitação. Pois, foram seguidas pelo Agente de contratação, as regras editalícias e texto da Lei Geral de Licitações.

É inverídica a alegação da Recorrente de que houve ausência de uniformidade na condução do procedimento licitatório, comprometendo os princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital. Ao contrário, foi a própria Recorrente quem deixou de observar esses princípios, ao descumprir exigências expressas no edital, violando, portanto, os deveres de legalidade e de vinculação ao instrumento convocatório.

Sendo assim, resta evidente que a inabilitação da Recorrente se deu de forma legal e legítima, em estrita observância às exigências previstas no edital e à legislação aplicável às licitações públicas, razão pela qual a decisão deve ser integralmente mantida.

Dessa forma, requer-se a **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO** interposto, com a consequente manutenção da inabilitação da empresa MIGRA EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO LTDA no presente certame.

Nestes termos, pede deferimento.

Araranguá/SC, 26 de junho de 2025.

RODOARA IMPLEMENTOS LTDA
CNPJ Nº 27.543.322/0001-33
EMIR DA SILVA BUSSOLO - SÓCIO ADMINISTRADOR
RG nº 2.366.019 e CPF nº 633.008.509-91